

O PCN E O PNLD NO ENSINO DA GRAMÁTICA: ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Juciane Nóbrega Lima

Universidade Federal da Paraíba, jucy.nobrega@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, um trabalho adequado com o ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa deve levar em consideração as metas destacadas pelos PCNs. No entanto, tais metas desde a sua publicação até hoje, ainda estão em processo de implementação nas salas de aula no país, dentro dos eixos: leitura/escuta, produção e análise linguística. O que os PCNs esperam na análise linguística, que é o nosso objeto de investigação nesse estudo, é que (BRASIL, 1998: 52):

O aluno constitua um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento da linguagem e sobre o sistema linguístico relevante para as práticas de escuta, leitura e produção de textos; aproprie-se dos instrumentos de natureza procedimental e conceitual necessários para a análise e reflexão linguística (delimitação e identificação de unidades, compreensão das relações estabelecidas entre as unidades e das funções discursivas associadas a elas no contexto); seja capaz de verificar as regularidades das diferentes variedades do Português, reconhecendo os valores sociais nelas implicados e, conseqüentemente, o preconceito contra as formas populares em oposição às formas dos grupos socialmente favorecidos.

A observância e a utilização desses objetivos não só ampliam a capacidade de uso da língua de modo coerente, mas também auxiliam o aluno no processo da leitura e da comunicação oral e escrita. Mas como interagir os textos (ou gêneros textuais) com a análise linguística? Como colocar em prática esses objetivos propostos pelo PCN? Essa é uma questão que é muito discutida por estudiosos da área. Podemos citar como exemplo o estudo de ROJO (2001) que procura construir uma ponte entre o PCN e a sala de aula, propondo organização de programas de ensino, preparação e uso de materiais didáticos e de procedimentos na sala de aula que implementam, efetivamente, os objetivos do PCN.

O PNLD tem buscado privilegiar em seus editais, os pressupostos de ensino de Língua Portuguesa presentes nos PCNs, constituindo assim uma estratégia de controle da qualidade e adequação dos livros aos moldes dos PCNs. Por isso também iremos investigar se o livro didático adotado pela professora¹ atente aos dois critérios básicos exigidos pelo PNLD: uso da língua oral e escrita e a reflexão sobre os conhecimentos linguístico-gramaticais. O ensino baseado na prescrição gramatical foi substituído pelo ensino fundamentado na Linguística Textual. Nesta perspectiva, o livro ideal de Língua Portuguesa deve trabalhar bem o conjunto texto – leitura – escrita seguida da gramática reflexiva.

¹ Foram observadas aulas de uma turma de 9º ano de um colégio da rede pública do estado da Paraíba localizada na zona sul, próxima ao Distrito Industrial de João Pessoa.

A concepção gramatical tradicional, ainda utilizada por muito professores, opera como uma imobilização da língua no tempo e no espaço, omitindo e ocultando a realidade da língua como sujeita a mudança e variações constantes. Esse assunto tem sido muito discutido por estudiosos que procuram adequar um método de ensino que efetive o aprendizado da língua. Podemos ver em Ribeiro (2001) que a gramática tem sua razão de ser. A autora propõe que seria ideal que todos os falantes de uma língua conhecessem a gramática de sua língua. Todavia, o propósito é desmistificar o seu uso inadequado na escola, principalmente nas séries iniciais, quando o aluno não é tratado como um usuário da língua, mas sim como um depositário de regras gramaticais. Nessa perspectiva, segundo a autora, o professor deve se posicionar como um agente defensor da norma culta, saindo em defesa das gramáticas e considerando a língua como um organismo vivo, que é usada e modificada segundo fatores diversos motivados por essa mesma sociedade.

Sabemos que somente através da investigação e observação podem-se tirar conclusões para um melhor método de ensino-aprendizado. Por isso esse tipo de pesquisa em sala de aula é tão importante. De olho nisso, realizamos esta pesquisa de campo procurando constatar se esse eixo de análise linguística, está realmente sendo seguidos pelo(a) professor(a) de língua portuguesa. E se o livro didático adotado atende aos dois critérios básicos exigidos pelo PNLD.

METODOLOGIA

O método utilizado foi de base antropológica por se tratar de uma pesquisa de campo, em sala de aula. Esse tipo de pesquisa procura investigar os dados a partir de observações feitas no contexto de realização. Para isso foram utilizados alguns materiais como notas de campo, que fornecerá informações acerca do que acontece no espaço da sala de aula que não podem ser captados por gravação de voz; questionários sobre o contexto escolar, sobre a concepção de ensino de gramática seguida pelo(a) professor(a), sobre as condições e a escolha dos livros didáticos, e também um questionário voltado para a equipe gestora.

Foram observadas três de uma turma de um colégio da rede pública estadual. Percebi que formou uma espera artificial na sala de aula, diria até que tanto os alunos quanto a professora estavam um pouco tímidos, com receio de falar. De olho nisso, não foram feitas gravações de voz nem entrevistas, apenas questionários e algumas anotações sobre o discurso do professor na sala de aula e a interação com os alunos, apesar de não fazer parte dos meus objetivos de pesquisa, e sobre o espaço físico das aulas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O livro didático é hoje um dos materiais educativos mais utilizados na escola. Além de auxiliar o professor no exercício de sua prática pedagógica também representa muitas vezes, para o aluno da escola pública, a única fonte de informação científica. Com isso, o professor tem que se posicionar como o detentor de um saber que precisa ser valorizado tanto na avaliação dos livros didáticos (LD) existentes quanto na elaboração de futuros. Pois ao escolher o material educativo, o professor representa também em sua seleção os sentidos que ele atribui a sua prática profissional, à aprendizagem, e ao seu alunado. Ou seja, o professor tem que se manter atualizado e valorizar o seu saber profissional, à luz do PCN, e analisar o LD de uma forma mais consciente. Mas, infelizmente não é essa a postura adotada pela

maioria dos professores das escolas públicas. Estes quase sempre aceitam as sugestões das editoras, antes mesmo de analisar o livro. Como é o caso da professora entrevistada. O motivo disso ainda não sabemos ao certo. Talvez falta de tempo para analisá-los, ou até descaso e indiferença.

A professora entrevistada pareceu bastante satisfeita com o LD, apesar de não serem suficientes para todos os alunos. A coleção que ela citou foi Português para Todos da editora scipione. Este livro apesar de ter propostas de produção escrita e oral articuladas aos temas de leitura dá pouca atenção aos aspectos discursivos como a intertextualidade, relação entre recursos expressivos e efeitos de sentidos. Além de ter uma análise linguística descontextualizada, de forma transcritiva.

Com nisso, podemos concluir que o paradigma de ensino e aprendizagem adotado pelo professor em questão encaixa-se no modelo transmissivo, de cunho behaviorista, onde o aluno recebe os conhecimentos de forma passiva, e precisa demonstrar o que aprendeu no exercício de avaliação solicitado. Caso apresente uma boa margem de acerto, os objetivos de ensino-aprendizagem do professor terão sido atingidos. Observe que, do ponto de vista da atividade de linguagem descrita nessa situação, trata-se exclusivamente do enfoque metalinguístico. Isso quer dizer que não atende ao eixo de análise linguística proposto pelo PCN, nem aos dois critérios básicos exigidos pelo PNLD: uso da língua oral e escrita e a reflexão sobre os conhecimentos linguístico-gramaticais.

CONCLUSÕES

É indiscutível que o propósito dos PCN é a reforma do Ensino Fundamental brasileiro. Entretanto a prática e interpretação desses parâmetros podem causar confusões. Pode ser que crie insegurança nos professores que têm sua prática pedagógica já consolidada, a partir de pressupostos fundados em verdades definitivas. Nesse caso, portanto, cabe a esses profissionais questionar sua própria organização disciplinar a partir dessa teoria do ensino e da aprendizagem, dos PCNs, que presumimos verdadeira.

Nesse caso, o professor se viu envolvido muito rapidamente por sistemas de avaliação que ele não estava familiarizado, tampouco tinha tempo de se aprofundar neles. Em minha avaliação, percebo que, de certa forma, são impostos ao professor determinados paradigmas de ensino e aprendizagem desacompanhados de uma formação continuada, cujo desconhecimento tem favorecido determinado equívoco de ordem didático pedagógica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHNEUWLY, B. (Org.); DOLZ, J. (Org.). Gêneros Oraís e Escritos na Escola. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2004. v. 1. p. 278

RIBEIRO, Ormezinda Maria, Ensinar ou não a gramática na escola: Eis a questão. Linguagem & Ensino, Vol. 4, No. 1, 2001 (141-157)

POSSENTI, S. Por que (não) ensinar gramática na escola. Mercado de Letras: SP, 1988.

ROJO, R. H. R. (Org.); BATISTA, A. A. G. (Org.). Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da Escrita. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2003. v. 1. p. 320

ROJO, R. H. R. (Org.); OUTROS (Org.). A Prática de Linguagem em Sala de Aula: Praticando os PCNs. 1/1. ed. São Paulo/ Campinas: EDUC/ Mercado de Letras, 2001. v. 1. 247